

## **PROVA ON-LINE DE DIREITO – 17/10/2021**

### **1. Assinale a alternativa na qual todas as palavras estão grafadas corretamente:**

- a) terraplenagem – exportação – ansiedade
- b) execução – assimetria – suscinto.
- c) ancestral – assadura – metereologia
- d) torácico – ideia – descarrilhar
- e) chipanzé – caatinga – subumano

### **2. Assinale a alternativa correta, segundo o padrão culto da Língua Portuguesa:**

- a) os autores pleiteiam o reconhecimento do usucapião sobre a área que ocupam.
- b) Trezentos gramas de muçarela, por favor.
- c) Sentiu uma dó danada ao vê-lo naquele estado.
- d) Entre tu e eu não há mágoas.
- e) Essa conversa não tem nada haver!

### **3. A alternativa com melhor redação, considerando correção, clareza e concisão, é:**

- a) a única medida para melhorar o desempenho linguístico do aluno é que deveria ser exigido em todos os níveis aulas práticas de língua portuguesa;
- b) deveria ser exigido, em todos os níveis, aulas práticas de língua portuguesa. Esta seria a única medida para melhorar o desempenho linguístico dos alunos;
- c) ministrar aulas práticas de língua portuguesa em todos os níveis é a única medida para melhorar o desempenho linguístico dos alunos;
- d) aulas práticas deveriam ser ministradas como única medida de língua portuguesa em todos os níveis para melhorar o desempenho linguístico dos alunos;
- e) para melhorar o desempenho linguístico dos alunos em todos os níveis deveria ser ministradas aulas práticas de língua portuguesa. Esta seria a única medida.

### **4. Analise as seguintes frases:**

I – Os pais querem saber porque a escola abandonou o método pedagógico antes adotado.

II - Não me parece difícil entender o porquê da falta de preparo dos candidatos a cargos eletivos na política.

III – Ele nunca passa embaixo de uma escada, por quê?

IV - Não se deve fazer acusações sem provas por que elas podem revelar-se infundadas.

V - As razões por que recusei a promoção somente a mim interessam.

Está correta a grafia em:

- a) I, II, III e V, apenas
- b) I, III e IV, apenas.
- c) I, II, IV e V, apenas
- d) II, III e V, apenas.
- e) n. d. a.

### **5. Em relação ao emprego de hífen ou de acentuação gráfica, assinale a alternativa em que há palavra(s) não grafada(s) conforme as regras do Novo Acordo Ortográfico.**

- a) seminovo / ultra-som / agro-industrial.
- b) enjoo / antipedagógico / copiloto
- c) super-homem / semi-hospitalar / inter-resistente.
- d) extraoficial / antissemita / hidroelétrica
- e) mandachuva / contrarregra/ coobrigação

## **DIREITO CIVIL**

### **6. Consideram-se bens móveis para os efeitos legais:**

- a) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- b) o direito à sucessão aberta.
- c) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- d) os direitos reais sobre objetos imóveis e as ações correspondentes.
- e) os materiais empregados em alguma construção.

### **7. A respeito dos bens, assinale a alternativa correta:**

- a) os bens naturalmente divisíveis não podem se tornar indivisíveis por vontade das partes.
- b) os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico, apesar de ainda não separados do bem principal.
- c) consideram-se benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.
- d) constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singularidades que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- e) são pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro, ainda que de modo não duradouro.

### **8. Para caracterização do abuso de direito, de acordo com o Código Civil:**

- a) exige-se a presença de dolo.
- b) denota-se a noção de culpa em sentido estrito.
- c) não basta o critério objetivo-finalístico.
- d) dispensa-se a análise da boa-fé objetiva.
- e) verificam-se os limites impostos pelos bons costumes.

### **9. Constituem atos ilícitos:**

- a) a violação de direito e o dano a terceiro, ainda que exclusivamente moral, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência.
- b) os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido.
- c) a deterioração ou destruição da coisa alheia, para remoção de perigo iminente.
- d) a lesão ou dano a pessoa que não exceda os limites do indispensável para remoção do perigo.
- e) a ação ou omissão involuntária que cause dano a terceiro.

### **10. Em relação à prescrição, é correto afirmar que**

- a) pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, exceto pela parte a quem aproveita.

- b) é válida a renúncia feita sem prejuízo a terceiro, desde que anterior à consumação.
- c) a suspensão em favor de um dos credores solidários aproveita incondicionalmente aos demais.
- d) não correrá antes da respectiva sentença definitiva, quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal.
- e) a exceção possui prazo autônomo e diverso que a pretensão.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

### **11. Em relação ao pedido,**

- a) são cumuláveis os pedidos de procedimentos processuais diversos, desde que adotado o procedimento comum, sem prejuízo do emprego de técnicas processuais diferenciadas previstas nos procedimentos especiais que não forem incompatíveis com o procedimento comum.
- b) o pedido subsidiário é aquele em que é facultado ao juiz que acolha qualquer um dos pedidos formulados sem ordem de preferência.
- c) é possível a alteração do pedido até o saneamento do processo, sem o consentimento do réu, desde que assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação no prazo de 15 dias e produção de prova suplementar.
- d) são cumuláveis os pedidos de procedimentos processuais diversos, desde que adotado o procedimento comum e que o autor abra mão do emprego de técnicas processuais diferenciadas previstas nos procedimentos especiais.
- e) são cumuláveis os pedidos ainda que o juízo não seja competente para um dos pedidos, observando-se o princípio da efetividade.

### **12. Quanto à formação, suspensão e extinção do processo assinale a opção incorreta:**

- a) Suspende-se o processo pela perda da capacidade processual do representante legal ou do procurador da parte.
- b) Considera-se proposta a ação quando a petição inicial for distribuída.
- c) Da decisão que põe fim ao processo, resolvendo ou não o mérito caberá o recurso de apelação.
- d) A transação é uma forma de autocomposição que põe fim ao processo com resolução de mérito.
- e) A renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção é uma forma de autocomposição que põe fim ao processo com resolução de mérito.

### **13. O juiz determinou ao autor que retificasse uma nulidade existente no feito. Não sendo sanado o vício, e verificando que a decretação dessa nulidade aproveitaria ao réu, o juiz não a pronunciou nem mandou o autor suprir-lhe a falta, julgando desde logo improcedente o pedido, por verificar que o direito alegado não assistia ao demandante. Nesse cenário, é possível afirmar que o juiz agiu:**

- a) de forma incorreta, vez que deveria extinguir o feito sem resolução do mérito;
- b) corretamente, por força dos princípios da boa-fé subjetiva e da cooperação;
- c) corretamente, por força do princípio da primazia da resolução do mérito;
- d) de forma incorreta, vez que deveria exigir do autor que repetisse o ato;

- e) de forma incorreta, vez que deveria prosseguir com o processo e tratar o autor como revel.

**14. Joana propôs ação de separação judicial em face de José, fundada na violência doméstica por ela sofrida, bem como no fato de seu marido ter uma relação extraconjugal notória e pública com outra pessoa. Nesse cenário, o processo contém:**

- a) duas partes, um pedido e uma causa de pedir;
- b) duas partes, um pedido e duas causas de pedir;
- c) duas partes, dois pedidos e duas causas de pedir;
- d) uma parte, um pedido e uma causa de pedir;
- e) uma parte, um pedido e duas causas de pedir.

**15. Com base nas normas fundamentais do processo civil, julgue os itens a seguir e assinale ao que segue:**

I- As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa;

II- Aquele que de qualquer forma participa do processo não deve comportar-se de acordo com a boa-fé;

III- Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência;

IV- A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial;

V- É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.

Dos itens acima:

- a) Apenas os itens II, IV e V estão corretos.
- b) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- c) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens III, IV e V estão corretos.
- e) Apenas os itens II, III e V estão corretos.

## **DIREITO PENAL**

**16. Assinale a opção que indica a teoria sobre a relação de causalidade penal, que define causa como uma condição sem a qual o resultado não teria ocorrido, sendo um antecedente invariável e incondicionado de algum fenômeno, sem distinção entre causa e condição.**

- a) teoria da equivalência das condições.
- b) teoria da causalidade adequada.
- c) teoria da prognose objetiva posterior.
- d) teoria da causa próxima ou última de Ortmann.
- e) teoria da imputação objetiva de resultado.

**17. Júlio manteve relação sexual com Márcia, após conhecê-la em uma boate, cujo acesso era proibido para menores de 18 anos, tendo ela afirmado a Júlio ter 19 anos de idade, plenamente compatível com sua compleição física. Nessa situação, constatado posteriormente que Márcia era menor de 14 anos, Júlio incorreu em:**

- a) erro de proibição
- b) erro de tipo essencial
- c) erro de tipo accidental na sua forma escusável
- d) erro de tipo accidental na sua forma inescusável
- e) discriminante putativa

**18. João, na véspera do seu aniversário de dezoito anos, ao sair de um baile foi cercado e agredido por seu desafeto Luiz. João, que estava com uma faca escondida, desferiu dez facadas contra José, que veio a falecer após 20 dias internado em razão das facadas. Neste caso:**

- a) exclui-se a tipicidade
- b) exclui-se a ilicitude
- c) exclui-se a punibilidade
- d) exclui-se a culpabilidade
- e) João responderá pelo crime de homicídio consumado

**19. Com a intenção de praticar um golpe, Antônio pagou diversos produtos comprados em determinada loja com um cheque clonado pré-datado. Antes da data do vencimento do cheque, Antônio, arrependido, retornou à loja e trocou o cheque por dinheiro em espécie, tendo quitado o débito integralmente. A respeito da conduta de Antônio na situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.**

- a) Houve arrependimento eficaz.
- b) Houve desistência voluntária.
- c) Houve arrependimento posterior.
- d) A conduta foi atípica, devido ao fato de o cheque ter sido pré-datado.
- e) A conduta configurou tentativa.

**20. É possível a tentativa:**

- a) nas contravenções penais.
- b) nos crimes habituais.
- c) nos crimes culposos.
- d) nos crimes unissubsistentes.
- e) nos crimes praticados com dolo eventual.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**21. Analise as afirmativas a seguir:**

I. A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

II. Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher.

III. A acareação será admitida entre acusados, entre acusado e testemunha, entre testemunhas, entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida, e entre as pessoas ofendidas, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes.

IV. São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se desobrigadas pela parte interessada, oportunidade em que estarão obrigadas a depor.

- a) se apenas as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas I, II, III estiverem corretas.
- d) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**22. Marcos, pai de Carlos, está pensando em depor como testemunha em ação penal em que o filho é acusado da prática de um crime hediondo. A fim de tirar todas as suas dúvidas sobre o procedimento, procura o Defensor Público que está atuando no caso para que lhe faça alguns esclarecimentos. Nessa situação, o Defensor público deverá esclarecer que**

- a) a regra processual determina que Marcos está proibido de depor e, se desobrigado pela parte interessada, poderá dar o seu testemunho.
- b) poderão recusar-se a depor o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, o irmão e o pai, a mãe, ou o filho adotivo do acusado, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.
- c) a regra processual determina que a testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor e, nas exceções que o Código prevê, não está o caso de Marcos.
- d) Marcos será obrigado a depor como testemunha, já que não está em nenhuma das exceções, mas, como é pai do acusado, não prestará compromisso de dizer a verdade.
- e) o Código de Processo Penal determina que a testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor, não mencionando qualquer exceção.

**23. A doutrina determina que princípios são as regras primeiras; são as premissas de todo um sistema de dogmática jurídico-processual penal. Parte da doutrina aponta esse princípio como o escopo primordial do processo penal. Trata-se dos elementos probatórios lícitos juntados aos autos do processo para serem apreciados pelo juiz e valorados no ato da sentença, a fim de se determinar quem foi de encontro ao comando da norma e por que o fez.**

Pela narrativa acima, estamos diante de qual princípio processual?

- a) Publicidade.
- b) Presunção de inocência.
- c) Verdade processual.

- d) Razoabilidade de duração do processo.
- e) Favor rei.

#### **24. Sobre as provas no processo penal:**

- a) O ônus da prova acerca da ocorrência de alguma excludente de ilicitude cabe ao réu, em obediência à repartição da responsabilidade probatória.
- b) Inexiste o sistema da íntima convicção do julgador na valoração das provas, em respeito ao princípio constitucional da motivação das decisões.
- c) Vigem, no Processo Penal brasileiro, o sistema tarifado de provas, prevalecendo a confissão do réu em detrimento das demais provas colhidas em contraditório.
- d) O juiz poderá fundamentar sentença condenatória em elementos de prova ilícitos colhidos durante o inquérito policial, desde que corroborados por outras provas.
- e) Há prioridade na realização do exame de corpo de delito quando o crime envolver violência doméstica e familiar contra mulher.

**25. Jorge Henrique, 45 anos, capaz, em 2/1/2021, foi vítima de delito de estelionato praticado por Ana Cláudia. Jorge Henrique tomou conhecimento da autoria do delito em 5/1/2021 e, nesse mesmo dia, noticiou os fatos à autoridade policial, com a respectiva representação, tendo sido, em decorrência, instaurado inquérito policial. Nessa hipótese, assinale a alternativa correta.**

- a) Jorge Henrique poderá retratar-se da representação até o dia 4/7/2021, independentemente do oferecimento ou não da denúncia.
- b) Jorge Henrique não poderá se retratar da representação feita, pois a ação penal, embora seja condicionada, é pública, razão pela qual o Ministério Público é o único *dominus litis*.
- c) Após o oferecimento da denúncia, Jorge Henrique não poderá retratar-se da representação feita.
- d) Jorge Henrique poderá retratar-se da representação a qualquer tempo, desde que ainda não tenha ocorrido o trânsito em julgado da condenação.
- e) Jorge Henrique poderá retratar-se da representação até o dia 1/7/2021, independentemente do oferecimento ou não da denúncia.

#### **26. Assinale a opção INCORRETA:**

a) Compete ao Tribunal Pleno processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos municipais que afrontem a Constituição Estadual, nos termos do art. 97 da Constituição Federal.

b) Compete ao Tribunal Pleno, privativamente, homologar os concursos para ingresso na Magistratura estadual, indicando ao Presidente do Tribunal, para nomeação, os candidatos neles aprovados.

c) Compete ao Tribunal Pleno julgar, em grau de recurso, dentre outras, as causas decididas em primeiro grau de jurisdição.

d) Compete ao Tribunal Pleno, privativamente, aprovar a criação de novas Varas e Comarcas.

e) Compete ao Tribunal Pleno processar e julgar, originariamente, dentre outras autoridades, o Governador e o Vice-Governador, nos crimes comuns e de responsabilidade, respeitados os termos da Constituição Estadual do Amapá.

## **27. Assinale a opção INCORRETA:**

a) Compete ao Tribunal Pleno, privativamente, aprovar a criação de novas Varas e Comarcas.

b) Compete ao Tribunal Pleno processar e julgar, exclusivamente, a ação direta de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos municipais que afrontem a Constituição Estadual e a Constituição Federal.

c) Compete ao Tribunal Pleno, privativamente, homologar os concursos para ingresso na Magistratura estadual, indicando ao Presidente do Tribunal, para nomeação, os candidatos neles aprovados.

d) Compete ao Tribunal Pleno julgar, em grau de recurso, dentre outras, as causas decididas em primeiro grau de jurisdição.

e) Compete ao Tribunal Pleno processar e julgar, originariamente, o Vice-Governador e os Secretários de Estado, nos crimes comuns e de responsabilidade, exceto, em relação a estes últimos, quando forem os atos conexos com eventuais delitos imputados ao Governador do Estado, os Prefeitos Municipais, os Juizes de Direito Estaduais e os membros do Ministério Público estadual, com exceção do Procurador-Geral de Justiça, nos crimes de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

## **28. Assinale a opção INCORRETA:**

a) Compete ao Tribunal Pleno, privativamente, aprovar a criação de novas Varas e Comarcas.

b) Compete ao Tribunal Pleno, privativamente, homologar os concursos para ingresso na Magistratura estadual, indicando ao Presidente do Tribunal, para nomeação, os candidatos neles aprovados.

c) Compete ao Tribunal Pleno processar e julgar, exclusivamente, a execução de acórdãos nas causas de sua competência originária.

d) Compete ao Tribunal Pleno processar e julgar, originariamente, o Vice-Governador e os Secretários de Estado, nos crimes comuns e de responsabilidade, exceto, em relação a estes últimos, quando forem os atos conexos com eventuais delitos imputados ao Governador do Estado, os Prefeitos Municipais, os Juizes de Direito Estaduais e os membros do Ministério Público estadual, com exceção do Procurador-Geral de Justiça, nos crimes de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral

e) Compete ao Tribunal Pleno julgar, em grau de recurso, dentre outras, as causas decididas em primeiro grau de jurisdição.

## **29. Assinale a opção INCORRETA:**

a) Compete ao Tribunal Pleno processar e julgar, originariamente, o mandado de segurança contra atos do Governador do Estado, da Mesa e do Presidente da Assembléia Legislativa, do próprio Tribunal ou de seus órgãos diretivos e colegiados, dos Secretários de Estado e do Tribunal de Contas do Estado, inclusive de seus respectivos Presidentes, do Procurador-Geral de Justiça e do Advogado-Geral do Estado.

b) Compete ao Tribunal Pleno, privativamente, homologar os concursos para ingresso na Magistratura estadual, indicando ao Presidente do Tribunal, para nomeação, os candidatos neles aprovados.

c) Compete ao Tribunal Pleno processar e julgar, originariamente, o Vice-Governador e os Secretários de Estado, nos crimes comuns e de responsabilidade, exceto, em relação a estes últimos, quando forem os atos conexos com eventuais delitos



imputados ao Governador do Estado, os Prefeitos Municipais, os Juizes de Direito Estaduais e os membros do Ministério Público estadual, com exceção do Procurador-Geral de Justiça, nos crimes de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

d) Compete ao Tribunal Pleno processar e julgar, exclusivamente, a ação direta de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos municipais que afrontem a Constituição Estadual e a Constituição Federal.

e) Compete ao Tribunal Pleno, privativamente, aprovar a criação de novas Varas e Comarcas.

### **30. Assinale a opção INCORRETA:**

a) Compete ao Tribunal Pleno processar e julgar, exclusivamente, a execução de acórdãos nas causas de sua competência originária.

b) Compete ao Tribunal Pleno processar e julgar, originariamente, o mandado de segurança contra atos do Governador do Estado, da Mesa e do Presidente da Assembléia Legislativa, do próprio Tribunal ou de seus órgãos diretivos e colegiados, dos Secretários de Estado e do Tribunal de Contas do Estado, inclusive de seus respectivos Presidentes, do Procurador-Geral de Justiça e do Advogado-Geral do Estado.

c) Compete ao Tribunal Pleno, privativamente, homologar os concursos para ingresso na Magistratura estadual, indicando ao Presidente do Tribunal, para nomeação, os candidatos neles aprovados.

d) Compete ao Tribunal Pleno processar e julgar, originariamente, o Vice-Governador e os Secretários de Estado, nos crimes comuns e de responsabilidade, exceto, em relação a estes últimos, quando forem os atos conexos com eventuais delitos imputados ao Governador do Estado, os Prefeitos Municipais, os Juizes de Direito Estaduais e os membros do Ministério Público estadual, com exceção do Procurador-Geral de Justiça, nos crimes de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

e) Compete ao Tribunal Pleno julgar, em grau de recurso, dentre outras, as causas decididas em primeiro grau de jurisdição.